da República, 1.ª série-B, n.º 302 (6.º suplemento), de 31 de Dezembro de 1996:

Candidatos admitidos:

Centro de Saúde de Celorico de Basto:

Ana Cristina Gonçalves Pires.
Carla Cristina Morais Pereira.
Emília Magalhães Ferreira.
Teresa da Conceição Mota Coelho.

Centro de Saúde de Guimarães (Professor Arnaldo Sampaio):

Ana Cristina Gonçalves Pires.
Carla Cristina Morais Pereira.
Emília Magalhães Ferreira.
Teresa da Conceição Mota Coelho.

Candidatos excluídos — não existem.

Da presente lista cabe recurso a interpor para o coordenador desta Sub-Região de Saúde de Braga, no prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação deste aviso, de acordo com o n.º 3 do artigo 33.º e o artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

9 de Julho de 2007. — O Presidente do Júri, *Norberto Pereira de Sá*.

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Sub-Região de Saúde de Castelo Branco

Despacho (extracto) n.º 16 993/2007

Por meu despacho de 3 de Julho de 2007, foram nomeadas provisoriamente para exercer funções nas categorias e nos Centros de Saúde que se indicam, com efeitos à data do despacho ou do início de funções:

Enfermeiras graduadas:

Sónia Magda Mendes Moreira — Centro de Saúde da Covilhã.
Gracinda da Cunha Leitão Dias Vaz — Centro de Saúde de Castelo Branco.

Sílvia Gonçalves da Costa Carraca Cardoso — Centro de Saúde de Castelo Branco.

Isabel Antunes Soares Trindade — Centro de Saúde do Fundão.
Anabela Barata Fernandes — Centro de Saúde de Penamacor.

Enfermeiras:

Alazne Garmendia dos Santos — Centro de Saúde de Idanha-a-Nova.

Elisabeth Morgado Neves Lázaro — Centro de Saúde da Covilhã.
Maria del Carmen Buxeda Carvalho — Centro de Saúde de Idanha-a-Nova.

5 de Julho de 2007. — A Coordenadora, *Ana Maria Galdes Correia*.

Despacho (extracto) n.º 16 994/2007

Por meu despacho de 3 de Julho de 2007, foram nomeadas definitivamente enfermeiras graduadas para exercer funções nos centros de saúde que se indicam com efeitos à data do despacho ou do início de funções:

Carla Sofia Oliveira Martins — Centro de Saúde do Fundão.
Maria Albertina Pires Falcão Vinheiras — Centro de Saúde de Castelo Branco.

Ana Isabel Garcia de Sousa — Centro de Saúde do Fundão.
Paula Maria Domingues Henriques — Centro de Saúde da Covilhã.
Teresa Maria Nunes Ramos — Centro de Saúde da Covilhã.
Lisete Dias Lourenço — Centro de Saúde da Sertã.

5 de Julho de 2007. — A Coordenadora, *Ana Maria Galdes Correia*.

Sub-Região de Saúde de Viseu

Deliberação (extracto) n.º 1498/2007

Por deliberação do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., de 22 de Junho de 2007, foi autorizada

a progressão a assistente graduado da carreira médica de saúde pública do Dr. José Manuel da Costa Ramos Bandeira, com efeitos a partir de 24 de Março de 2006, precedendo avaliação curricular, a qual mereceu informação favorável, ao abrigo do previsto no n.º 4 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 210/91, de 12 de Junho, e na circular normativa n.º 3/92, de 15 de Janeiro, do Departamento de Recursos Humanos da Saúde.

A informação definitiva da avaliação curricular foi homologada em 22 de Junho de 2007 pelo conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

6 de Julho de 2007. — O Coordenador, *José Carlos Coelho Ferreira de Almeida*.

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

Declaração (extracto) n.º 195/2007

Por deliberação do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo de 21 de Fevereiro de 2007, foi a Vanessa Sofia Coelho Santos Pereira Godinho autorizada a renovação de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, ao abrigo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, para exercer funções equiparadas às de enfermeiro, no Centro de Saúde de Évora, com efeitos desde 9 de Fevereiro de 2007.

19 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *José Gomes Esteves*.

Centro Hospitalar de Cascais

Aviso n.º 13 996/2007

Por despacho do conselho de administração de 8 de Março de 2007, cessou o regime de acumulação de funções neste Centro Hospitalar dos técnicos de diagnóstico e terapêutica de cardiopneumologia Ana Cristina Visenjou Ananiades e Vítor Manuel Rita do Nascimento, com efeitos a 11 de Maio de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Junho de 2007. — O Vogal Executivo, *Carlos A. Coelho Gil*.

Aviso n.º 13 997/2007

Por despacho do conselho de administração de 17 de Janeiro de 2007, cessou o regime de acumulação de funções neste Centro Hospitalar do enfermeiro Luís Miguel da Cunha Gonçalves, com efeitos a 30 de Março de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Junho de 2007. — O Vogal Executivo, *Carlos A. Coelho Gil*.

Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia

Deliberação (extracto) n.º 1499/2007

Por deliberação do conselho de administração de 5 de Julho de 2007 foi Clara de Oliveira Filgueiras e Costa Dias nomeada, precedendo concurso interno geral de acesso, técnica de 1.ª classe de serviço social da carreira técnica superior, escalão 1, índice 460, obtida que foi a confirmação de cabimento orçamental da Direcção-Geral do Orçamento, de acordo com o disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, considerando-se exonerada da categoria anterior, com efeitos à data da publicação em *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Julho de 2007. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *Jorge Caneca*.

Hospital Distrital de Águeda

Aviso n.º 13 998/2007

Por despacho do conselho de administração do Hospital Distrital de Águeda de 5 de Julho de 2007, o Dr. Miguel Filipe Rodrigues

Oliveira Lourenço, assistente hospitalar de oftalmologia, foi exonerado a seu pedido a 2 de Agosto de 2007.

9 de Julho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *José António de Sousa Alves*.

Hospital de Alcobaça Bernardino Lopes de Oliveira

Despacho (extracto) n.º 16 995/2007

Por despachos de 14 de Março e de 19 de Junho de 2007 do conselho de administração deste Hospital, foi autorizada a prorrogação da licença especial por dois períodos de três meses a Marisa Raquel Coelho Leal Gamboa, enfermeira.

9 de Julho de 2007. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Adelaide Castelo Madeira Afonso*.

INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

Aviso n.º 13 999/2007

Por despacho de 11 de Junho de 2007, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo os Hospitais Privados de Portugal — HPP Norte, S. A. — Hospital Privado da Boavista, sito na Avenida da Boavista, 119, 4050-115 Porto, a adquirir directamente aos produtores, grossistas e importadores substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, para uso exclusivo dos seus doentes internados, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data desta publicação e considerando-se renovada por igual período se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

12 de Junho de 2007. — A Directora, *Lina Santos*.

Aviso n.º 14 000/2007

Por despacho de 11 de Junho de 2007, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo a Santa Casa da Misericórdia do Porto, sita na Rua das Flores, 5, 4051-801 Porto, a adquirir directamente aos produtores, grossistas e importadores substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, para uso exclusivo no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, sito na Rua de São Brás, 4450 Matosinhos, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data desta publicação e considerando-se renovada por igual período se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

12 de Junho de 2007. — A Directora, *Lina Santos*.

Aviso n.º 14 001/2007

Por despacho de 22 de Junho de 2007, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo a Sociedade GP — Genéricos Portugueses, L.da, com sede na Rua de Henrique Paiva Couceiro, 29, 2700-451 Amadora, a comercializar por grosso substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, nas instalações da Sociedade Laboratório Medinfar — Produtos Farmacêuticos, S. A., sitas na Rua C, Zona Industrial do Casal do Colaride, lote O, rés-do-chão, piso 1, 2735-207 Cacém, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data desta publicação e considerando-se renovada por igual período se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

22 de Junho de 2007. — A Directora, *Lina Santos*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Despacho n.º 16 996/2007

Considerando que a formação prevista no curso de Formação Educacional criado pelos despachos n.ºs 20 249/2000, de 10 de Outubro, e 15 951/2004, de 6 de Agosto, é em tudo comparável aos cursos de formação inicial de professores do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário realizados na Universidade de Évora;

Considerando que o curso se encontra organizado pelo sistema de unidades de crédito, constituído por uma parte escolar e por um estágio pedagógico, realizado nos moldes da Portaria n.º 1097/2005, de 21 de Outubro;

Considerando que o regime de frequência e avaliação das unidades curriculares do plano de estudos do 1.º ano é o mesmo das unidades curriculares dos cursos de licenciatura em ensino ministradas na Universidade de Évora;

Considerando que o regime de frequência e avaliação do estágio pedagógico é o mesmo que o do estágio pedagógico dos cursos de licenciatura em ensino;

Considerando que a titularidade do certificado referente à conclusão do curso de Formação Educacional confere habilitação profissional para a docência nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, no grupo de recrutamento onde foi realizada a prática pedagógica supervisionada;

Considerando que, por força da publicação do Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, este é um processo sem continuidade e, portanto, sem qualquer possibilidade de novas admissões;

Considerando que a Universidade de Évora, há muitos anos, faz parceria com o Ministério da Educação no âmbito da profissionalização para professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, realizada nos termos do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto;

Considerando que, relativamente aos estágios pedagógicos deste curso, foram estabelecidos protocolos com a Direcção Regional de Educação do Alentejo, tendo sido cumpridos os princípios estipulados nos normativos em vigor sobre esta matéria, à semelhança do que a Universidade estabelece em relação aos estágios pedagógicos da formação inicial;

Considerando que é da mais elementar justiça e equidade reconhecer, para efeitos de concurso, a formação adquirida através da realização, por iniciativa e a expensas próprias, do curso de Formação Educacional na Universidade de Évora:

Nestes termos, determina-se:

1 — É reconhecida, para efeitos de concurso, a habilitação profissional ao nível do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário e no grupo em que foi realizada a prática pedagógica supervisionada aos docentes detentores do curso de Formação Educacional, criado pelos despachos n.ºs 20 249/2000, de 10 de Outubro, e 15 951/2004, de 6 de Agosto.

2 — O reconhecimento exige que os candidatos reúnam os requisitos de habilitação científica legalmente exigidos.

3 — A classificação profissional é a que resultar quer da aplicação do artigo 10.º do despacho n.º 20 249/2000 quer da aplicação do artigo 13.º do despacho n.º 15 951/2004, conforme os casos.

4 — A classificação profissional feita na sequência do presente reconhecimento produz efeitos nos seguintes termos:

a) Para os docentes que já concluíram o curso de Formação Educacional, a classificação profissional produzirá efeitos em 1 de Setembro de 2007;

b) Para os docentes que se encontram a realizá-lo produzirá efeitos no dia 1 de Setembro seguinte ao da conclusão do curso.

9 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Despacho n.º 16 997/2007

De acordo com o n.º 2 do artigo 6.º e os n.ºs 2 e 4 do artigo 9.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com o Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro, e com o Decreto Regulamentar n.º 10/2004, de 28 de Abril, conjugado com o despacho n.º 2669/2007 (2.ª série), de 26 de Janeiro, do Secretário de Estado da Educação, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Fevereiro de 2007, e tendo em consideração o disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, determino o seguinte:

1 — Delego e subdelego no director de serviços de Recursos Materiais, engenheiro Mário José da Cruz Gonçalves, a competência para, de acordo com as orientações definidas, praticar os seguintes actos:

1 — No âmbito do 1.º ciclo do ensino básico e da rede pública da educação pré-escolar:

1.1 — Aprovar os projectos de execução de instalações, acompanhados pelas respectivas plantas de localização dos terrenos;

1.2 — Licenciar instalações.